

Cidades.

Anitta leva doações a abrigo

A cantora Anitta visitou ontem desabrigados da chuva que estão morando em uma escola de Vila Velha. Ela e seus fãs levaram doações. **Página 5**

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

RECONSTRUÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

TEMPO RECORDE

CASAS EM FEVEREIRO

1.500 imóveis pré-moldados serão construídos no Estado

ELTON LYRIO
emorati@redgazeta.com.br

As primeiras unidades das 1,5 mil casas que serão entregues pelo governo do Estado para as famílias que foram vítimas das chuvas de dezembro de 2013 devem ficar prontas até o final de fevereiro deste ano. As habitações serão pré-moldadas e cada uma delas será construída em até dez dias. O edital para a contratação da empresa que vai edificar as residências será lançado na próxima sexta-feira.

Cada casa terá 44 metros quadrados, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Para agilizar o processo de construção, será utilizado material pré-moldado, chamado de concreto PVC. Os imóveis serão modulares e poderão, no futuro, ser ampliadas pelo próprio morador. O custo estimado é de R\$ 48 mil por unidade, o que totaliza um investimento estadual de R\$ 72 milhões.

Segundo o secretário estadual de Saneamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação, Iranilson Casado, a expectativa é que



Cidades capixabas como Rio Bananal ficaram totalmente alagadas; chuva atingiu fortemente 54 municípios

no começo do mês de fevereiro sejam dadas as primeiras ordens de serviço.

Ele explicou que a montagem das casas costuma

ser rápida, mas que o prazo dependerá de os municípios terem áreas disponíveis que não sejam de risco. “É uma tecnologia homolo-

gada pela Caixa e que já foi empregada em Colatina”, explica Casado.

A entrega das habitações vai priorizar famílias que ti-

BERNARDO COUTINHO - 17/12/2013

grama “Minha Casa, Minha Vida”, do governo federal.

PRIORIDADE

Prefeitos dos municípios afetados pelas chuvas, que estiveram ontem em reunião com o governador Renato Casagrande, afirmaram que as habitações são prioridade. E na reunião o governador pediu aos prefeitos que façam levantamentos sobre a disponibilidade de terrenos para construção das unidades.

Darly Dettmann, prefeito de Itaguaçu, disse que as residências entregues pelo governo do Estado terão um papel importante para o município. “Ainda temos famílias em abrigo porque falta imóvel para alugar”, diz.

Claumir Zamprogno, prefeito de Santa Teresa, afirmou que a cidade já possui, inclusive, terreno para a construção dos imóveis, e que a necessidade é de 50 habitações.

Em Rio Bananal, segundo o prefeito Edmilson Elizário, a necessidade é de 150 a 200 casas, estimativa semelhante à do prefeito Mário Lubiana, de Nova Venécia.

Crédito de R\$ 2,5 mil pago no mês que vem

O crédito de R\$ 2,5 mil que será concedido pelo governo do Estado às famílias que foram vítimas das chuvas e têm renda familiar de até três salários mínimos começa a ser entregue no mês que vem. Cada família receberá um cartão “Reconstrução ES”.

O governador Renato

Casagrande explicou na reunião com os prefeitos, realizada na manhã de ontem, que o cadastramento das pessoas que serão beneficiadas deve ser feito pelas secretarias de assistência social dos municípios.

Os cartões serão emitidos pelo Banestes, que irá repassá-los para as agências de cada município. Na

segunda-feira será realizada uma reunião entre o governo do Estado e as secretarias dos municípios afetados para definição dos critérios de seleção.

O dinheiro poderá ser gasto pelas famílias na aquisição de materiais de construção, móveis e eletrodomésticos. As compras podem ser feitas em lojas

que aceitem o cartão Banescard. Não será possível sacar o dinheiro.

O secretário estadual de Assistência Social, Helder Salomão, afirmou que, ao contrário da ideia inicial do governo - e que o próprio secretário chegou a divulgar em entrevista à Rádio CBN - o benefício poderá, sim, ser cumulativo. Isso significa

que as famílias que recebem dinheiro dos municípios também poderão receber o cartão do Estado.

A única exigência é de que cumpram os pré-requisitos do programa, como inscrição no CadÚnico do governo federal e renda familiar de até três salários mínimos. “Será feita triagem para checar se as famílias preenchem os requisitos”, diz Salomão. (com colaboração de Fiorella Gomes)

CARTÃO

- ▼ **Quem tem direito**
Renda familiar de até 3 salários mínimos e cadastro no CadÚnico do governo federal
- ▼ **Como conseguir**
Cadastro será feito por secretarias municipais de Assistência Social
- ▼ **Uso do cartão**
Móveis, eletrodomésticos e material de construção

RECONSTRUÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

FISCALIZAÇÃO “IMPLACÁVEL” DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ação será sobre gastos de prefeituras com obras de recuperação

▄ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

O Tribunal de Contas do Estado (TCES) promete fiscalização “implacável” às prefeituras que receberão quantias milionárias para aplicar na reconstrução de áreas e estruturas devastadas pela fortes chuvas que atingiram o Estado em dezembro de 2013.

A promessa de rigor faz prefeitos ampliarem o cuidado ou mesmo evitarem as contratações emergenciais para que, no futuro, não tenham problemas na prestação de contas aos órgãos fiscalizadores.

Os decretos de emergência nas cidades afetadas afrouxam a burocracia para contratação de equipamentos e serviços. Ao mesmo tempo, fazem crescer os riscos de desvios. “Com menos burocracia, temos de fiscalizar mais. E nisso seremos rigorosos, implacáveis. Se uma ponte será feita, que seja feita com preço certo”, asseverou o presidente do TCES, conselheiro Domingos Taufner.

Nos próximos dias, Taufner pretende discutir com conselheiros do Tribunal de Contas a forma de fiscalização dos atos nas medidas emergenciais.



THIAGO GUIMARÃES/SECOM-ES

Prefeitos e outras autoridades do Estado reuniram-se ontem com o governador Renato Casagrande

Uma força-tarefa ou rotinas diferentes de trabalho não estão descartadas. “Como tem um dinheiro que sai mais rápido, há mais chance de ocorrer desvios”, diz Taufner.

No plano de reconstrução do Estado são previstos gastos de R\$ 540 milhões. Ontem, prefeitos reuniram-se com o governador Casagrande e outras autoridades, no Palácio Anchieta, para discussão do plano.

FISCALIZAÇÃO

“Com menos burocracia, temos de fiscalizar mais. E nisso seremos rigorosos, implacáveis. Se uma ponte será feita, então que seja com preço certo”

DOMINGOS TAUFNER
Presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo

Na situação de emergência, prefeitos podem contratar sem licitação, mas há quem evite, como o prefeito de Viana, Gilson Daniel (PV). “O que puder fazer por meio de licitação vou fazer, para evitar possíveis problemas com fiscalizadores”, diz ele.

Os trâmites para contratação emergencial são novidade para alguns prefeitos. E o receio de complicações com as contas

depois dos seis meses de vigor dos contratos emergenciais é unânime.

O prefeito de Itaguaçu, Darly Dettmann (PSB), pretende contratar dez pedreiros e dez ajudantes para reforma de prédios públicos. “Estamos conversando muito com a assessoria jurídica para saber o que podemos fazer”, diz ele.

Em Nova Venécia, onde 15 famílias permanecem fora de casa, deverão ser

INVESTIMENTO

540 milhões

É o valor destinado à reconstrução do Estado

reconstruídas dez pontes, inclusive a passarela sobre o Rio Cricaré e a estrutura que liga a cidade à Vila Pavão, diz o prefeito Lubiana Barrigueira (PSB).

“Vamos colocar um grupo técnico para acompanhar. Faremos o que a lei permite para não termos problemas com a prestação de contas”, diz o prefeito.

A preocupação é de que, além de desvios, sejam evitadas responsabilizações por desconhecimento de trâmites de publicidade, transparência e elaboração de ata de registro de preços nas contratações.

Hoje, deputados, em sessão extraordinária, vão votar os projetos encaminhados pelo governador Casagrande para recuperação das cidades atingidas fortemente pela chuva. A expectativa é de que todos sejam aprovados.

Apoio técnico da Amunes para contratações emergenciais

▄ De Norte a Sul do Espírito Santo prefeitos têm e continuarão tendo dificuldades para se enquadrar nas exigências legais das contratações de emergência, afirma o presidente da Associação dos Municípios do Estado (Amunes) e prefeito de Venda Nova do Imigrante, Dalton Perim.

A alternativa traçada pela Amunes é formar uma equipe técnica contábil para orientar os prefeitos das cidades afetadas.

“Os prefeitos mandarão

seus representantes até a associação para tirar as dúvidas que restam. Às vezes, com ansiedade e querendo mostrar trabalho, os prefeitos caminham para um lado não muito adequado”, diz Dalton Perim.

Na situação de emergência, os procedimentos licitatórios ficam dispensados. Mesmo assim, prefeitos precisam consultar preços de empresas diferentes, elaborando pelo menos três orçamentos para obras realizadas em

caráter emergencial.

Também não podem dispensar a publicidade e a transparência em todas as contratações feitas em caráter emergencial.

“Em muitas situações, prefeitos não tenham conhecimento necessário para os procedimentos corretos”, afirma Perim.

Na reunião realizada ontem, no Palácio Anchieta, o governador Renato Casagrande (PSB) falou a representantes de 52 municípios capixabas.

Cinco empresas vão fazer projetos para os municípios

▄ O governo do Espírito Santo destinará R\$ 15 milhões para contratar cinco empresas de consultoria para atuar em cinco regiões do Estado. Elas terão a tarefa de auxiliar o corpo técnico dos municípios afetados pelas chuvas na elaboração de projetos para construção de pontes, praças e contenção de encostas. A falta de projetos é um problema de municípios e que resulta na não-concretização de passes de convênios.

O governador Renato Casagrande também anunciou ontem a criação de um grupo de trabalho, que será chefiado pelo coordenador da Defesa Civil Estadual, coronel Marcelo D'Isep. O grupo tem como objetivo assessorar os municípios na elaboração de planos de trabalho que podem ser apresentados para conseguir recursos federais para as cidades.

Participarão do grupo técnicos das secretarias de Agricultura, de Saneamento e Desenvolvimento

Urbano, Assistência Social e Direitos Humanos, além de outros órgãos do governo do Estado.

O governador também afirmou que o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) está à disposição dos municípios que quiserem revisar seu Plano Diretor Municipal. Casagrande afirmou que é preciso que os municípios sejam criteriosos no que diz respeito à ocupação e ao uso do solo.